
*La guerra:
recurso de la construcción hegemónica*

Hegemonia e contrahegemonia em tempos de guerra e de recessão

Emir Sader*

O movimento de questionamento da globalização neoliberal e de construção de uma globalização alternativa, que havia irrompido à superfície em Seattle –em novembro de 1999– e, desde então, ao longo de quase dois anos, havia crescido ininterruptamente, passou a enfrentar uma nova conjuntura mundial a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. Na realidade, a nova conjuntura é resultado da combinação desses acontecimentos com o fim do ciclo econômico expansivo de Estados Unidos, que havia sido o pano-de-fundo de praticamente toda a década de 90.

Depois de um acúmulo subterrâneo de forças ou de aparições mais ou menos solitárias –como a espetacular insurreição dos zapatistas em Chiapas, em janeiro de 1994, convocando a uma resistência mundial contra o neoliberalismo– a partir de Seattle o movimento se expandiu constantemente, tanto em termos sociais, como geográficos. Aos movimentos que haviam protagonizado as surpreendentes –para quem não se dava conta do mal estar e dos negativos efeitos sociais e culturais da globalização– manifestações de Seattle se somaram outros, alargando o raio de ação e passando a marcar todo o calendário das reuniões dos organismos econômicos e políticos internacionais –Davos, FMI, BM, OMC, G-8– , em Washington e outras localidades de Estados Unidos, cruzando o oceano até chegar a Praga, Barcelona, Nice, Gênova, se estender até Seul, retornando a Porto Alegre e Buenos Aires e indo até Durban.

* Doctor em Ciencia Política, Coordinador del Laboratorio de Políticas Públicas na Universidade Estadual de Río de Janeiro. Professor da Universidade de São Paulo. Coordinador fundador do grupo de trabalho Economía Internacional do Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociais.

Nenhum movimento internacional tinha conseguido tal abrangência, desde os movimentos de solidariedade ao Vietnã nos anos 60. Depois disso, as mobilizações pacifistas dos anos 80 haviam se alastrado apenas pela Europa ocidental, as de solidariedade à Nicarágua e a El Salvador tinham tido abrangência menor. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi o desaguar dessa avalanche, com a participação de gente de mais de 120 países, como espaço não apenas de protesto, mas de intercâmbio de propostas e início de formulação de alternativas.

Acumulavam-se problemas a um movimento que tem que se enfrentar ao projeto hegemônico mais abrangente que jamais havia existido e que se estendeu da extrema direita ao centro e daí a amplas correntes de esquerda –especialmente social democratas–, limitando os espaços de ação dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. O quadro geral apresentava um cenário praticamente homogêneo, de generalização de políticas de desregulação, base do Consenso de Washington e da idéia de que seria uma política obrigatória para todo e qualquer governo –o que estatisticamente parecia encontrar confirmação.

Esse caráter supostamente obrigatório se via reforçado pelo modelo estadunidense –em que o capital financeiro ganhava projeção fundamental, ao lado das políticas de flexibilização laboral, dois elementos de uma espécie de modelo anglo-saxão, que se estendia, com ritmos mais ou menos diferenciados, praticamente por todo o mundo. Da China ao Brasil, da Rússia à Espanha, dos Estados Unidos à África do Sul estendia-se um modelo muito similar, sob a égide dos organismos econômicos internacionais –FMI, OMC e Banco Mundial em primeira linha– e com uma monopólica máquina de propaganda –através da qual se consolidava a hegemonia norte-americana no mundo.

A oposição a esse modelo foi dos protestos de suas conseqüências negativas –de exclusão social, de concentração nacional e regional de renda, dos danos ao meio ambiente, ao trabalho, de discriminação, de distribuição desigual e injusta de recursos, entre outros temas– à idéia de que “um outro mundo é possível” –que deu nome ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2001. Este recolheu o nível de elaboração –crítica e propositiva– pré-existente, revelando que o movimento havia acumulado um capital social, moral e ideológico significativo.

Porém, não se pode dizer que tenha sido desenhado ai que mundo alternativo é possível, menos ainda portanto as vias de sua construção. Existe uma quantidade de propostas –do cancelamento da dívida externa à taxa Tobin, passando por outras nos campos do meio ambiente, do mercado de trabalho, de um comércio justo–, sem no entanto articular-se como uma proposta de conjunto ou pelo menos pela definição dos fios através dos quais esse novo mundo poderia ser introduzido.

A maior conquista do movimento foi a mudança do clima de debate internacional. A reiteração das manifestações pelo mundo afora e a agudização das críticas aos organismos da ordem mundial liberal fizeram com que estes passassem a se pronunciar sobre as propostas ou pelo menos sobre o significado dos protestos. De posição de desqualificação das mobilizações como simplesmente de protesto, sem alternativas, às que aceitam propostas localizadas ou às que incorporam a idéia que os movimentos representam um mal estar provocado pela globalização liberal, que deve ser tomado em conta de alguma maneira –até chegar a governos que passaram a discutir formas de regulação da circulação do capital financeiro–, diferentes formas de reação ocupavam o cenário do debate internacional.

A iniciativa estava no campo dos movimentos anti-neoliberais, que colocavam a agenda central –o caráter injusto da ordem econômica liberal mundial e a necessidade de alternativas, de ajuste ou de substituição por outra ordem. Somada à política isolacionista do novo governo dos Estados Unidos, que de alguma maneira renunciava a dar orientação geral para o bloco das potências capitalistas, –colocando os aliados diante de fatos consumados e da alternativa de segui-lo ou de assumir o ônus de tentar constituir um bloco próprio, em um ou vários temas em que apareceram conflitos–, em condições em que os Estados Unidos surgiam como a única potência do bloco com capacidade própria de iniciativa.

No entanto, essa força acumulada não havia sido suficiente para mudar a ordem neoliberal em sua dinâmica concreta. Não afetou em nada os 95% de trocas econômicas que se dão no setor financeiro, nem a chamada “livre circulação de capitais”. Nenhum governo novo foi eleito levantando as bandeiras do movimento nascido em Seattle, nenhum governo existente mudou suas posições em relação aos temas centrais da ordem econômica neoliberal.

Porém, o movimento ganhava força e extensão, de Seattle até Gênova e Durban, tendo que enfrentar desafios de formulação sobre o mundo alternativo que busca e as vias de chegar até e, ao mesmo tempo, enfrentando sua primeira discussão interna significativa –aquela a respeito dos setores que buscam imprimir uma dinâmica de violência nas manifestações e que terminam sendo utilizados pela grande mídia para desviar as imagens e os objetivos gerais das mobilizações e do movimento como um todo. Esse era o nível de preocupações, garantir o avanço para formulações propositivas, estender a representatividade para continentes pouco representados, como a África, a Ásia e o mundo árabe em geral, e discutir a continuidade do movimento.

Foi nesse momento, recém terminada a conferência de Durban, em que essas tendências se confirmavam, que se deram os acontecimentos de 11 de setembro e se abriu uma nova conjuntura política. Pela primeira vez o movimento surgido em Seattle passou a se enfrentar com desafios estratégicos, pelo deslocamento do campo de enfrentamentos internacionais que a nova conjuntura introduziu.

A Floresta e os árvores

Não é fácil ver a floresta, diante de árvores tão grandes, regadas todos os dias, mas o essencial é saber o que mudou no mundo depois daquele 11 de setembro. Muito se falou sobre uma virada de página da história mais importante até que a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, que se tratava de um marco político mundial de uma dimensão difícil de avaliar a profundidade e a dimensão.

Conforme a espuma vai baixando, vamos vislumbrando um novo panorama mundial, que em princípio se parece pouco com o anterior. Quando muda o cenário geral, notamos primeiro o novo, até nos darmos conta da sua dimensão real e dos elementos de continuidade que persistem.

O período histórico continua sendo o da hegemonia unipolar dos Estados Unidos, aberto com o fim da União Soviética. Muda a forma de exercício da hegemonia –temas, alianças, revelação de elementos de força e de fraqueza. Muda a conjuntura mas, como se trata de uma conjuntura introduzida de forma traumática, pode se prolongar e certamente deixará marcas irreversíveis.

Mas a nova conjuntura não se compõe apenas do quadro advindo dos atentados de 11 de setembro. Ela é a confluência deles com o esgotamento do ciclo econômico expansivo do capitalismo que marcou grande parte da década passada. Esta esteve marcada por esse ciclo expansivo, com todas suas conseqüências ideológicas e políticas, pela utilização da idéia de uma “nova economia”, sem crises, pela consolidação do modelo anglo-saxão centrado nos Estados Unidos e na Inglaterra, com todos os elementos que fizeram parte dele –Davos, Microsoft, McDonalds’, Nike, CNN– e pela reafirmação da hegemonia mundial única dos Estados Unidos, especialmente através das guerras do Golfo e da Iugoslávia.

O que caracteriza a nova conjuntura da primeira década do século?

1. Em primeiro lugar, a mudança de sinal da conjuntura econômica. Depois da sucessão entre expansão japonesa e européia/recessão dos Estados Unidos e da Inglaterra nos 80, e sua reversão na década de 90, a entrada da economia norte-americana num novo ciclo recessivo dá o marco geral da nova conjuntura.

A expansão dos 90 havia reposto a economia dos Estados Unidos no papel de locomotiva do capitalismo mundial, pela capacidade de consumo de seu mercado interno, pelo seu poder de absorção de investimentos financeiros para repor seus déficit comercial e de pagamentos e pelo dinamismo de setores chave da sua economia –especialmente a computação e a indústria da diversão. O endividamento interno chegou a um limite, pelo esgotamento da sua capacidade de financiamento pelo mercado financeiro, levando a economia a uma recessão, cuja profundidade, extensão e duração remetem a esse grande endividamento.

Essa mudança de sinal do ciclo econômico não é apenas um dado objetivo, tendo em vista o papel que representou na mobilização ideológica norte-americana e dos organismos econômicos internacionais para promover transformações concretas e a afirmação da inevitabilidade de suas políticas. Trata-se também de um golpe na propaganda economicista que inundou os meios de comunicação e as cabeças das pessoas nos 90. Por um lado, as inseguranças que se multiplicaram –perda do trabalho, aids, violência, comida ruim, catástrofes ambientais, desequilíbrios financeiros– e, por outro, as promessas da globalização, de novas formas de vida e de acesso a bens e serviços.

Esse esquema ideológico poderoso –multiplicado pela mídia norte-americana– se enfraquece junto com a recessão, mas não se põe nada em seu lugar. Mantêm-se o argumento de que os problemas da globalização só serão resolvidos com mais globalização, que os marginalizados o são porque a globalização não chegou até eles e a polarização de Estados periféricos atrasados –como o Afeganistão– reforçam esse argumento.

Difícilmente haverá uma retomada de curto prazo do ciclo expansivo e, quando for retomado, não deverá reproduzir o esquema daquele dos 90, porque as condições mudaram. O grau de endividamento herdado já é um peso para essa retomada e a recuperação da capacidade de consumo não poderia mais se apoiar no endividamento e nos investimentos nas bolsas. A indústria da informática já demonstrou que não está isenta dos mesmos mecanismos de oscilação cíclica que os outros setores da economia. O capital especulativo revela suas incertezas, mesmo para uma economia que lhe fornece o mais alto grau de garantias existentes no mundo financeiro. Uma retomada provavelmente se apoiará em incentivos estatais, coincidindo com os investimentos do novo plano militar e de segurança dos Estados Unidos. Já não se retomará simplesmente o ciclo anterior e ainda assim não está claro que os prazos possam ser visíveis, fazendo com que os dois elementos da nova conjuntura se prolonguem.

O outro é o clima de guerra fria reinstalado a partir dos atentados de 11 de setembro e das represálias norte-americanas. Isto significa, em primeiro lugar, a militarização aberta dos conflitos, de que o Afeganistão é o exemplo atual, mas a definição da “luta contra o terrorismo” pelo governo norte-americano lhe autoriza –na sua lógica– a tomar atitudes unilaterais de agressão por sua própria iniciativa, diante dos focos de conflito existentes. A tentativa de identificação dos movimentos guerrilheiros colombianos com o terrorismo islâmico representa a aplicação dessa linha a um conflito nacional, em outra área do mundo, que visivelmente não tem nada a ver com os atentados de 11 de setembro.

2. Em segundo lugar, os Estados Unidos colocam com mais força em prática seu unilateralismo, desenvolvendo iniciativas no plano da guerra, prescindindo já de qualquer tentativa de cobertura institucional –seja das Nações Unidas ou da OTAN–, rompendo com qualquer aparência de respeito a certas normas do direito internacional e assumindo de fato o papel de exército do mundo.

3. Em terceiro lugar, que o problema da guerra e da paz volta a se colocar como preocupação da humanidade, independentemente da forma unilateral como é posta pelo governo norte-americano. A opinião pública dos Estados Unidos está, pelo menos por enquanto, contaminada pelo problema e, como projeção, a opinião pública de outros países, embora em graus muito menores e de forma decrescente, salvo a da Inglaterra.

4. Em quarto lugar, os Estados Unidos se colocaram um tipo de objetivo –erradicar o que consideram as raízes do terrorismo, incluídos governos que lhes abrigariam ou apoiariam– que permite uma continuidade indefnida de sua militarização dos conflitos, muito além da derrubada do governo do Afeganistão e eventualmente da captura de Bin Laden.

As dificuldades para estabilizar um novo governo no Afeganistão, somados aos efeitos desestabilizadores que a ação norte-americana pode produzir na região, seja no Paquistão, na Arábia Saudita ou em outros países, faz prever que a região, pelo próprio peso estratégico que contem, seguirá sendo um fator de instabilidade internacional.

Em suma, caminha-se não para uma relativa, ainda que precária estabilização como aquela que sucedeu a guerra do Golfo, em que o Iraque ficou neutralizado, mas para uma situação que pode encadear episódios bélicos se sucedendo no tempo, sem que outras forças políticas internacionais intervenham e tampouco as Nações Unidas se constituam como força de paz. Ao contrário, este episódio terminou de enterrar tanto a Europa quanto a ONU como sujeitos políticos com certa autonomia,

5. Um quinto elemento é o fortalecimento do eixo anglo-saxão, liderado pelos Estados Unidos e tendo à Inglaterra como aliado estratégico, contando com a Alemanha e, indiretamente com Aznar e com Berlusconi, isolando à França e bloqueando qualquer possibilidade de uma política externa européia, ameaçando mais ainda o governo Jospin com uma reeleição de Chirac.

A China e a Rússia passaram, por sua vez, a se tornar aliados fundamentais dos Estados Unidos, pelo menos no que toca ao conflito na Ásia, da mesma forma que, por razões estritamente locais, o Paquistão.

Os Estados Unidos mudam o caráter do seu discurso a partir do 11 de setembro. Do sucesso econômico prometido ao resto do mundo ao da segurança global, valendo-se de que sua própria economia entrou em recessão e de que está obrigado –diante da sua população, dos aliados e dos eventuais inimigos– a reiterar sua capacidade de impor-se pela força, por seus critérios próprios, independentemente de qualquer norma internacional.

Com isso, o discurso norteamericano ganha em capacidade de ação –deslocando temas que o haviam deixado isolado– e de iniciativa, mas perde em

seu poder de persuasão. Se as promessas do progresso advindas da sua expansão econômica e da globalização neoliberal tinham o efeito de chegar a uma quantidade grande de gente pelo mundo todo, o discurso da segurança é muito mais restrito. O novo discurso norteamericano ganha em poder de ação, mas enfraquece seu elemento de hegemonia, de persuasão, de convencimento.

O mundo, até o dia 11 de setembro, tinha apresentado uma diferença significativa, pelo menos no seu clima ideológico. Desde Seattle foi ganhando força a crítica e a acusação ao modelo neoliberal e suas instituições –FMI, BM, OMC, G-8–, a ponto que a agenda de discussão internacional foi sendo cada vez mais ocupada pelos temas do movimento antiglobalização liberal. O calendário era dos grandes organismos internacionais, mas o protagonismo foi sendo cada vez mais dos movimentos que questionam a globalização liberal, até que estes passaram a definir a agenda internacional, que passou a ser a crítica ao caráter injusto da ordem econômica mundial do liberalismo. Esses organismos passaram a responder às críticas, sejam reconhecendo algumas, seja negando-as todas, mas assumindo uma certa atitude defensiva.

Não havíamos conseguido mudar o mundo concretamente, nem no sentido de afetar o circuito especulativo mundial, nem de mudar políticas de governos ou mesmo de eleger novos governos, com políticas identificadas com nossas posições. Mas havíamos conseguido acumular uma força social, moral e teórica, que se projetava sobre o clima ideológico e os debates desenvolvidos até aquele momento. Até mesmo depois, *The Economist* publicou seu caderno especial para polemizar conosco, preparado para a reunião da OMC em Doha, considerando que o debate continua atual, revelando a força que os temas do debate colocado por nós havia adquirido.

Depois do 11 de setembro, os termos da questão foram alterados, forjando-se uma nova conjuntura que traz, no seu bojo, a pretensão de nos deslocar, buscando impor a polarização terror contra terror ou Bin Laden/Bush ou fundamentalismo de mercado contra fundamentalismo islâmico. A militarização dos conflitos implica no deslocamento do debate para substituí-lo pelo enfrentamento, pela força, em que os argumentos fazem apenas parte da guerra de propaganda que acompanha qualquer enfrentamento bélico.

E, sobretudo, num momento em que as potências capitalistas não podem mais se valer da “pujança” do crescimento econômico como argumento do sucesso de suas propostas para a ordem econômica mundial, deslocar o debate para outro plano, que lhes convêm mais: democracia, liberdade, civilização contra totalitarismo e barbárie.

Esse deslocamento traz ainda, no seu bojo, a vantagem de abrir espaço para um reforçamento do keynesianismo militar, no momento em que a recessão se instaura na economia norte-americana, com todas as conseqüências que isso tem

hoje para a economia capitalista mundial. Além de permitir um deslocamento da polarização em torno de uma ordem econômica mundial debilitada também no plano econômico pela recessão, além dos problemas acumulados ao longo das duas últimas décadas, apontados justamente pelos seus críticos, aos que agora se deseja marginalizar e criminalizar.

Anti-neoliberalismo, luta pela paz e anti-capitalismo

1. O que significa esse grande deslocamento da opinião pública dos temas de Seattle aos do Afeganistão? Da discussão da injusta ordem econômica mundial à luta contra o terrorismo? De que gravidez está prenhe essa nova situação internacional? Qual deve ser nossa linha de ação nesse novo quadro?

Significa, ainda que não o diga, a tentativa de afirmação da polarização entre “civilização” e “barbárie”, entre centro e periferia do capitalismo, sob a forma da oposição entre “progresso” contra “atraso”, de “democracia e liberdade” contra “terrorismo islâmico”, do lado dos Estados Unidos. E a tentativa, por parte do fundamentalismo islâmico, de se erigir como o polo questionador da hegemonia norte-americana no mundo.

Essas tentativas são possíveis, pelo vazio deixado pelo socialismo no mundo. Desde 1917 o socialismo havia ingressado na “atualidade histórica”, se integrava como um horizonte possível dos conflitos realmente existentes, seja como referência de movimentos concretos, seja como polo individualizado como inimigo para as potências capitalistas. O fechamento desse ciclo histórico –independentemente de que ele venha a ser reaberto, dessa ou de outra forma–, recolocou a história num horizonte distinto.

O fim da União Soviética marcou, entre outras coisas, o fim de uma concepção mecanicista da história, segunda a qual os modos de produção se sucederiam necessariamente uns aos outros, definindo a etapa histórica inaugurada com o triunfo bolchevique em 1917 como aquela da transição irreversível do capitalismo ao socialismo. Colocou em questão também a possibilidade de construção do socialismo na periferia do capitalismo, fazendo abstração ou contornando as condições de atraso econômico, social, político e cultural. Com essa concepção desapareceram também um conjunto de forças que se haviam identificado com essa perspectiva histórica e que haviam configurado a maior corrente política e ideológica conhecida até então em escala mundial – o chamado “movimento comunista internacional” – que, mesmo com sua visão redutiva do socialismo, representava uma corrente que se colocava como objetivo a ruptura com o capitalismo. Depois da reconversão da social democracia aos marcos da democratização e humanização do capitalismo, o marco político mundial via a desapareção também do movimento comunista internacional como força que se opunha ao capitalismo.

Essas desapareições significaram também o desaparecimento do socialismo da agenda histórica contemporânea. Esse período tinha significado, além da vitória da revolução bolchevique, a incorporação a esse movimento histórico dos países do leste europeu, além do triunfo da revolução no país mais populoso do mundo –a China–, assim como em países como Cuba e o Vietnã, configurando o chamado “campo socialista”, que significava englobar algo próximo a um terço da humanidade. Isto é, que uma de cada três pessoas no mundo “já” viviam sob o socialismo, um espaço em constante expansão, mesmo se com ritmos distintos, desde 1917, como se confirmasse a idéia do fim inexorável do capitalismo, com a existência real já das formas de novo tipo de sociedade que o substituiria.

Vários dos movimentos de independência nacional da periferia capitalista –particularmente na África e na Ásia– se inseriam na dinâmica de ruptura com o capitalismo, desde posições de nacionalismo e de anti-imperialismo radicais. A existência de um “campo socialista” parecia poder representar para eles um apoio decisivo no seu processo de “acumulação primitiva socialista”, viabilizando uma ruptura que a URSS tinha tido que encarar sozinha, um caminho do qual Cuba surgia como uma espécie de confirmação.

O fim da União Soviética e do chamado “campo socialista” não representaram assim tão somente a passagem de um mundo bipolar a um mundo unipolar, mas a desapareição da alternativa anti-capitalista e socialista do horizonte histórico contemporâneo, como se retrocedêssemos para antes daquele período que Lukacs havia comemorado como o da “atualidade da revolução”, inaugurado pela vitória de 1917. Essa virada teve, como não podia deixar de ter, repercussões sobre o conjunto do campo político da esquerda. Ao invés da superação de um modelo de socialismo originário do stalinismo por uma revolução política de caráter democrático que mantivesse a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado, mas operasse uma radical democratização deste na direção da construção de órgãos de poder popular de base, que significassem realmente a socialização desses meios de produção –como propugnavam correntes mais radicais à esquerda–, adveio a ruptura daqueles regimes na direção do capitalismo de mercado e na sua versão mais radicalmente neoliberal. Tampouco a expectativa social democrata de que aquela ruptura se desse na direção de modelos de capitalismo regulado e de bem estar se confirmou assim.

Já tendo optado por uma via diferenciada, a China conseguiu retomar um ciclo econômico expansivo, porém dificilmente se poderia dizer que o faz na direção da construção de uma sociedade socialista –mesmo nas concepções economicistas anteriormente predominantes na esquerda– ao acentuar os elementos de economia de mercado e a presença do capital estrangeiro no país e tentar manter e fortalecer um Estado fortemente centralizado e nada democrático.

Cuba, por sua vez, busca, num entorno internacional muito desfavorável, ao entrar no que chamam de “período especial”, manter conquistas básicas que caracterizam sua revolução, buscando não retroceder, com a consciência de que o marco histórico atual não favorece o avanço na construção do socialismo, ainda mais num país periférico, relativamente atrasado em termos de desenvolvimento das forças produtivas e numa área de influência direta dos Estados Unidos.

2. Com essa brusca virada, desapareceu não apenas o movimento comunista internacional, como se alterou ideológica e politicamente a fisionomia da esquerda no mundo. Se os partidos social democratas já se haviam reciclado para a luta no interior do capitalismo, nos outros espaços também deixaram de existir praticamente partidos que se colocam como objetivo a construção de uma sociedade negadora e superadora do capitalismo. Desapareceram os temas do imperialismo e do capitalismo e, portanto, da necessária ruptura com eles.

A desapareção do horizonte socialista e anti-capitalista recolocou no centro dos objetivos da esquerda a democracia política, a justiça social, a afirmação dos direitos das minorias, pelos direitos humanos, a luta contra a exclusão social. Esta última ganhou relevância especial, porque traz no seu bojo uma visão dos conflitos sociais alternativa à da luta de classes, ao se colocar como objetivo centrar a integração dos não integrados, numa concepção funcionalista banal das relações sociais, no momento em que os mecanismos de super-exploração do trabalho assumem forma central no capitalismo como um todo e se intensificam como nunca.

A regressão política foi assim acompanhada por uma regressão ideológica, em que a ruptura foi substituída pela democratização do capitalismo –no melhor dos casos como forma de fazer-lo enfrentar-se a suas próprias contradições, no pior, como forma de adaptação, de “realismo” e de resignação. Os temas da democracia política, da defesa dos direitos sociais, das políticas locais como forma de resistência às centralizadoras políticas de ajuste fiscal tenderam a predominar, ao mesmo tempo em que o debilitamento dos partidos, sindicatos e movimentos sociais, se traduziu num novo ciclo expansivo de organizações não-governamentais, desta vez não para abrir caminho para aquelas, mas protagonizando políticas civis ou setoriais no lugar delas.

Algumas teses neoliberais foram, de diferentes maneiras, induzidas por setores da esquerda, mesmo aqueles que não assumiram suas propostas mais explícitas, como as do ajuste fiscal, da privatização ou da desregulamentação. Trata-se, por um lado, do abandono da concepção do imperialismo, central, quaisquer que sejam as adequações necessárias para a compreensão de suas formas atuais. Em segundo lugar, da identificação da democracia com a democracia liberal. Em terceiro, da aceitação do horizonte histórico do capitalismo como marco de luta contemporânea. A desapareção do primeiro e a naturalização dos outros dois criam um marco extremamente favorável à

hegemonia ideológica capitalista e desarmam a esquerda do formidável potencial da crítica anti-capitalista que foi sempre o que moveu seu crescimento social e sua força ideológica.

Essa naturalização foi uma forma de aceitar, na prática, a tese do “fim da história” –encerrada nos marcos da democracia liberal e da economia capitalista de mercado. O abandono das análises do capitalismo significou, ao mesmo tempo, o abandono das análises de classe, da interpretação da economia como processos de acumulação, com suas contradições, expansões e crises e da natureza social do Estado.

3. Na cena política internacional, a esquerda praticamente desapareceu nos anos noventa. As guerras do Golfo e da Iugoslávia já haviam desenhado o novo marco internacional, em que a hegemonia norte-americana dispunha de grande margem de manobra, combinando superioridade militar, monopólio da informação e capacidade inquestionada de articulação política. Os Estados Unidos manobraram valendo-se da ONU, da OTAN ou de alianças bilaterais com a Inglaterra ou simplesmente pela sua própria iniciativa isolada, para pôr em prática sua hegemonia unipolar, rebaixando a Europa a seu patamar mais baixo e neutralizando a China e a Rússia.

Valeu-se, no plano econômico, do FMI, do Banco Mundial, da OMC e do G-8 para consolidar seu modelo como o dominante mesmo entre as grandes potências capitalistas, isolando o debilitado Japão por sua prolongada recessão, a Europa por sua divisão interna.

O que marcou o período de hegemonia unipolar norte-americana foi a resistência no plano internacional surgir identificada com países da periferia capitalista ou identificados com reivindicações religiosas ou étnicas – Sadam Hussein, Milosevic, Bin Laden. Esse fenômeno foi possível justamente pela desaparecimento das forças anticapitalistas do cenário mundial, o que facilitou a construção de um campo de enfrentamento em termos de civilização/barbárie, para as potências capitalistas e valores espirituais contra materiais, pelos fundamentalismos religiosos.

A oposição norte-americana aparece como sendo protanizada por regimes mais atrasados –econômica e politicamente–, com todas as vantagens que isso lhe propicia, em comparação com a oposição do socialismo, com sua pretensão de superação do capitalismo. O fundamentalismo islâmico, por sua vez, não se opõem ao capitalismo, mas à forma imperial assumida pelos Estados Unidos e mesmo sua crítica ao materialismo não chega aos fundamentos econômicos do sistema, de que eles se beneficiam com grandes investimentos econômicos.

Convêm assim aos dois essa oposição, que desloca a contradição entre capitalismo/socialismo e a coloca em termos civilizatórios ou religiosos.

E a esquerda, onde está?

A esquerda política mundial, como foi sendo construída desde a revolução francesa, desde as barricadas de 1848, desde a Comuna de Paris, desde a construção da primeira, da segunda e da terceira Internacionais, da revolução russa, da revolução espanhola, das Frentes Populares, da revolução chinesa, da cubana, da vietnamita; essa esquerda nunca foi tão fraca em sua história.

Mesmo uma esquerda que nunca chegou a ter expressões fortes em grande parte dos países mais importantes do mundo –como os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha (esta no segundo pós-guerra)– sua força residiu principalmente em duas correntes ideológicas: a social democrata e a comunista, com suas respectivas redes, especialmente sindicais.

A acumulação de forças mais importante da esquerda –isto é, da frente que une todas as formas de resistência e oposição ao neoliberalismo, como modelo hegemônico contemporâneo do capitalismo e sua forma dominante, a norte-americana– foi se dando em torno do movimento que nasceu com a rebelião zapatista, passou pelas formulações do Le Monde Diplomatique, pelo surgimento de Attac e irrompeu à superfície em Seattle, reunindo as mais diversas forças –sindicatos, movimentos sociais, ONGs– com um arco amplo de reivindicações (direito ao trabalho, comércio justo, proteção ao meio ambiente, direitos das minorias políticas, prioridade aos países mais pobres, entre outros) e encontrou no primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre seu primeiro grande momento de reunião, de balanço e de formulação de propostas.

Essa força social, teórica e moral não encontrou ainda expressão política internacional para catalizar e fazer presente uma linha alternativa àquela patrocinada pelos dois bandos em guerra: o terrorismo de Bin Laden e o de Bush. Hoje esse movimento não pode mais prescindir nem de discussões estratégicas, nem de forças políticas –mesmo locais– para poder avançar como força internacional. Não basta denúncias e propostas alternativas sobre o comércio mundial, sobre a taxação dos capitais financeiros, sobre o perdão da dívida e outras afins. É preciso uma formulação política de como se passa desse nível de acumulação de forças ao de um polo político internacional. Não basta denunciar as raízes sociais e econômicas do descontentamento explorado pelo terrorismo talibã: é preciso disputar a este o posto de porta-voz dos explorados, humilhados, dominados e discriminados no mundo. Nossa corrida se faz em duas pistas: uma, contra o neoliberalismo e sua expressão na hegemonia norte-americana no mundo, outra, contra as alternativas religiosas, que terminam enfraquecendo o caráter anti-capitalista que precisa ter a alternativa ao neoliberalismo.

A América Latina no novo marco internacional

A América Latina deixou de ter a importância que havia adquirido, especialmente na segunda metade do século XX, perdendo peso econômico e projeção política no mundo. Isso se deu particularmente a partir da chamada “crise da dívida”, que elevou o crônico problema das contas externas e do endividamento a níveis que bloquearam qualquer capacidade de manter níveis de crescimento econômico.

À dependência tradicional vieram se unir graus de dependência econômica, conforme a financeirização das economias e dos seus Estados foram avançando, no bojo das respostas de políticas de estabilização financeira –mediante o combate à inflação, via de indução das políticas neoliberais no continente– propostas pelos organismos financeiros internacionais e assumidas pela quase totalidade de governantes latino-americanos. Os objetivos de desenvolvimento econômico foram substituídos pelos de estabilidade monetária, mediante políticas de ajuste fiscal que incluíram a abertura de suas economias, a privatização de grande parte das empresas estatais, a desregulamentação e a introdução de graus crescentes de flexibilização laboral.

Esse tipo de políticas levou à hegemonia do capital financeiro internacionalizado, com desindustrialização das economias que haviam conseguido graus de desenvolvimento industrial, com o continente voltando a depender da exportação de produtos primários, acentuando sem cessar os desequilíbrios de suas contas externas, com uma financeirização geral e profunda de todas as economias do continente. Os governantes que levaram a cabo essas políticas, embora alguns deles provenientes de correntes nacionalistas –como o peronismo e o priismo– ou social democratas –como AD, o PS do Chile ou o PSDB brasileiro– aderiram a políticas neoliberais e, no plano externo, consolidaram a subordinação à hegemonia norte-americana. Gerou-se uma quase unanimidade no continente detrás dessas políticas. Os países que haviam chegado a ser considerados “potências intermediárias emergentes” –como o Brasil, o México e a Argentina– retrocederam, perdendo competitividade e introduzindo ou acentuando profundos desequilíbrios sociais.

O continente passou a fazer parte, globalmente, sem pena nem glória, dos mercados financeiros periféricos emergentes, cuja saúde é medida apenas e tão somente pelos índices de suas bolsas de valores e pelas taxas de risco emitidas pelas agências norte-americanas de assessoria aos capitais especulativos. O único mecanismo de defesa setorial –o Mercosul– foi desarticulado no altar de políticas cambiais que não consideram prioritária a integração regional como forma de acumular forças e buscar reinserções internacionais em melhores condições, mas como instrumentos de políticas de estabilidade monetária, consideradas fins em si mesmos.

O calendário da história do continente passou a estar periodizado pelas crises financeiras (das hiper-inflações às quebras, moratórias, brutais desvalorizações) intercaladas com duras e cada vez piores negociações com o Fundo Monetário Internacional. O “livre comércio” levou à desindustrialização e à volta às políticas das “vantagens comparativas”. A situação da Argentina hoje apresenta o limite de todo esse desatino –com os piores índices de regressão, num continente que envolveu sistematicamente–, é porque seguiu mais à regras as normas que as elites latino-americanas introjetaram e colocaram selvagememente em prática. Não é substancialmente a situação do Brasil, que liquidou em pouco tempo a competitividade externa conseguida em décadas e o desenvolvimento industrial interno, junto a um patrimônio estatal invejável na periferia do capitalismo. Tampouco é muito distinta a situação do México, que passou a ter 90% da sua balança comercial com os Estados Unidos, num marco de dependência e, portanto, fragilidade e perda de autonomia, sem similares no passado do continente. Isto, para não falar do retorno do Chile a uma economia primário exportadora, reinserindo-se entre os países com piores índices sociais, ao contrário do seu passado. Ou na Colômbia, sumida numa guerra civil, em que o Estado desaparece e a militarização do país aponta para a internacionalização do conflito. Ou da miséria galopante do Perú, do Equador (dolarizado, exportando sua população sobranante), da América Central, que regrediu décadas entre catástrofes naturais e econômicas, convertendo-se na nossa África.

Diante da maior crise social desde os anos trinta, onde está a esquerda latino-americana –para retomar a questão geral anteriormente colocada?

A esquerda nacionalista e a social democrata se reciclaram para o neoliberalismo, os partidos comunistas praticamente desapareceram ou ficaram reduzidos a expressões mínimas, assim com os movimentos armados existentes anteriormente, com a exceção da Colômbia. Cuba, se alguma vez foi não um modelo, mas um horizonte, deixou de ser, pelas dificuldades vividas com o fim do “campo socialista” e com as medidas de sobrevivência postas em prática desde então.

A esquerda conta com força considerável no continente no plano social e teórico, isto é, conta com movimentos sociais consistentes e com capacidade de compreensão dos movimentos históricos que a América Latina está vivendo. No entanto, isso tem se traduzido ainda em força política insuficiente para enfrentar o tamanho da crise que o continente tem diante de si.

A esquerda tem alguma força político partidária, mas luta nesse plano com grandes dificuldades para articular a força social gerada pela crise com projetos políticos viáveis e para desatar as armadilhas que o neoliberalismo montou, no plano do ajuste das contas públicas, no endividamento externo, no da desregulamentação, da abertura da economia, da flexibilização laboral, entre outros. O Brasil permanece ainda como a grande incógnita, a grande possibilidade de vitória e de se enfrentar ao desafio de fazer com que um grande

país do continente apareça com uma política alternativa ao neoliberalismo. É uma grande incógnita (a possibilidade de vitória eleitoral e, nesse caso, as possibilidades de desatar os nós montados pelas políticas neoliberais e apontar para políticas superadoras).

Para uma teoria crítica renovada na América Latina

O pensamento crítico latino-americano já vinha arrastando debilidades graves nas décadas anteriores, até que a hegemonia neoliberal introduziu novas transformações nas nossas sociedades e colocou em discussão novos temas –equilíbrio monetário e orçamentário, combate à inflação, entre outros– que fizeram ressaltar mais ainda aquelas debilidades. Quando se esgota o consenso neoliberal e se introduz uma crise hegemônica no conjunto do continente, novos desafios se apresentam para o pensamento crítico latino-americano, do qual depende, em parte significativa, a construção de alternativas superadoras do neoliberalismo.

Em primeiro lugar, construir sua própria análise sobre o capitalismo latino-americano, deixando de ser caudatária das distintas análises do estruturalismo –cepalino ou outro–, para fugir do economicismo e poder recuperar o caráter histórico e o movimento real e contraditório do conjunto das instâncias que compõem uma formação social. O que significa articular as análises econômicas com suas dimensões sociais, de relações de poder e suas características ideológicas.

Da análise do modelo hegemônico –como síntese de todas as instâncias de análise– vigente e de suas variantes, poderemos deduzir as vias possíveis de sua superação, as forças sociais que podem se envolver nelas, os temas centrais, as modalidades de acumulação de forças. E, ao mesmo tempo, renovar as temáticas teóricas que podem fazer com que o pensamento social latino-americano volte a ter um papel de mola propulsora na busca de novos caminhos históricos para o continente no novo século.

Mas sobretudo o papel da intelectualidade crítica latino-americana tem que ser o de resgatar o papel da teoria como instrumento de transformação revolucionária da realidade. Aquela formulação clássica de que “sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária” ganha uma nova dimensão, quando a teoria se transformou em formulações bastardas para explicar que toda a história se reduz finalmente a políticas obrigatórias de ajuste fiscal, de que o capitalismo é o horizonte obrigatório e definitivo a que está condenada a humanidade, de que a economia é o vetor que conduz a história e outras banalidades que mal escondem acomodações de fato a interesses criados e carreiras políticas e intelectuais oportunistas.

O resgate do caráter histórico –no seu sentido mais abrangente, de síntese de todas as outras abordagens– é um elemento central do redirecionamento de todo o trabalho teórico crítico. Resgatar as origens históricas do presente –em seus elementos objetivos e subjetivos– para nos reapropriarmos dos fios condutores do movimento histórico contemporâneo e poder assim apontar para seus fatores de transformação.

Como elemento indispensável desse caráter histórico, se coloca a indissociabilidade da teoria e da prática, a geração e a ampliação de novos espaços de reflexão teórica nos partidos e movimentos existentes e o comprometimento prático das instâncias existentes de reflexão teórica com os processos concretos de acumulação de forças na luta transformadora da realidade concreta.